

Acordo NÃO, obrigado!

(intervenção na sessão conjunta do lançamento do livro *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre*, Lisboa, Alêtheia, de Vasco Graça Moura e do opúsculo *Foi você que pediu um acordo ortográfico?*, Lisboa, Guimarães Editores, de António Emiliano com prefácio de Vasco Graça Moura, no Grémio Literário, em 13 de Maio de 2008, na presença e com intervenção dos respectivos Editores, Sr.^a Dr.^a Zita Seabra e Sr. Dr. Paulo Teixeira Pinto)

António Emiliano
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Abro a minha intervenção nesta sessão de luta anti-acordortográfica com duas citações que sintetizam os principais problemas com que nos defrontamos:

O filho dum amigo meu percebeu logo as vantagens do novo acordo da língua portuguesa. Riu-se e decretou:

— O acordo é bestial. Vai deixar de haver erros. Eu sou a favor do acordo!

Foi a mais rápida e prática opinião acerca do novo acordo que tanta polémica tem gerado, ainda que quase nenhum debate sério, no âmbito dos ministérios da cultura e da educação, tenha tido lugar para avaliar da justeza e interesse deste acordo para Portugal.

(Joaquim Letria, “O fim dos erros”, in revista *Mais Alentejo*, Maio de 2008)

Há acordos assináveis, sem grandes problemas e há outros que são de não assinar. O acordo recentemente assinado

tem pontos que merecem séria contestação e é, frequentemente, ..., uma simples consagração de desacordos.

(Parecer da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário em 1991 sobre o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*).

* * *

O Ministro da Cultura [J. Pinto Ribeiro] afirmou em 25 de Março [de 2008] no colóquio 'Português, língua global', no âmbito da visita oficial a Moçambique do Presidente da República, que não existe «nenhum obstáculo nem nenhuma razão política» que impeça a ratificação do acordo ortográfico pelos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Mais disse que «não há nenhum obstáculo nem nenhuma razão política que leve à não ratificação. Há apenas razões administrativas».

Pode, de facto, haver razões políticas e administrativas de peso a considerar a propósito desta questão, mas há certamente razões que devem pesar mais, as quais relevam de um plano mais elevado do que qualquer conjuntura política e administrativa.

É por isso, afinal, que aqui estamos hoje.

Estamos aqui porque:

A ortografia é um fenómeno da cultura, e portanto, um fenómeno espiritual. O Estado nada tem com o espírito.

como escreveu Fernando Pessoa,

e porque:

Nenhum órgão de soberania tem poderes para instituir sobre a língua portuguesa. A língua é um legado de séculos, uma obra de Cultura. Digo um rotundo não ao acordo ortográfico.

como declarou Vitorino Magalhães Godinho, co-autor e signatário do MANIFESTO EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO, que desde 2 de Maio [de 2008] recolheu mais de 28 000 assinaturas, em entrevista ao Expresso de 10 de Maio [de 2008].

* * *

A inconsistência de aplicação de critérios que se encontra a cada passo nas Bases do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)* —Anexo I do Acordo— e na *Nota Explicativa do Acordo Ortográfico* —anexo II do Acordo—, bem como os erros de redacção e os erros científicos (e até gralhas) mostram descuido, falta de rigor técnico-científico. Incompetência. Ignorância. Ligeireza. FALTA DE RESPEITO.

Com a Nota Explicativa, único documento oficial de carácter técnico que sustenta as Bases do Acordo Ortográfico, os decisores políticos não têm e não tiveram acesso a dados fiáveis e fidedignos: as percentagens da Nota Explicativa que supostamente reflectem uma “avaliação estatística” das palavras afectadas são PURA MISTIFICAÇÃO, MANIPULAÇÃO GROSSEIRA DOS DADOS.

Em certas Bases do Acordo invoca-se a “consagração pelo uso”, sem se explicar como se determinou cientificamente a “consagração” e o “uso” da solução escolhida em detrimento de outras soluções possíveis.

A mentalidade acordista plasmada sobretudo na Nota Explicativa revela INSENSIBILIDADE relativamente ao nosso património cultural, à nossa identidade, à qualidade do ensino do português nas escolas, insensibilidade face ao interesse nacional.

Neste quadro, é nosso dever —no exercício de uma cidadania plena e informada— exigir a não aplicação do Acordo Ortográfico, exigir a sua suspensão e supressão, exigir o reconhecimento de que foi tomada, não apenas uma decisão mal fundamentada e mal sustentada, mas uma decisão péssima. Exigir explicações.

* * *

O n.º 2 do Artigo 48.º da Constituição diz:

Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

Que assunto mais público pode haver que a língua portuguesa?

Que esclarecimentos objectivos foram dados aos cidadãos sobre o acto de ratificação do Acordo Ortográfico?

Apelar à desobediência civil e à objecção de consciência no que concerne o uso da nova ortografia (que é tudo menos ORTO-gráfica) e exigir a extinção deste Monstro são imperativos nacionais e culturais. São o exercício de um direito de acção popular consagrado no Art.º 58.º da Constituição. Esse artigo prevê o direito de se requerer a cessação e perseguição judicial de infracções contra a preservação do património cultural, bem como o direito de os lesados requererem indemnização.

Ora, como se poderá indemnizar a nossa comunidade, nomeadamente os nossos estudantes e seus encarregados de educação, pelos efeitos devastadores do desastre que é o Acordo Ortográfico?

Como calcular os prejuízos decorrentes da morte da ortografia, do fim do erro, da insegurança ortográfica que inevitavelmente assolará gerações de crianças e jovens em idade escolar? Do abalo no já abalado sistema educativo? Da obsolescência súbita de muitos milhões de documentos públicos e privados e de toda a sorte de publicações?

E, no entanto, num momento em que na politicosfera se fala do valor económico da língua, é forçoso exigir que se calcule o valor do prejuízo decorrente deste atentado de lesa cultura e de lesa língua. É, obviamente, um valor que não se pode calcular em Euros, mas é um dever cívico reclamar a reparação devida de quem acha que tudo se resume a razões políticas, administrativas e financeiras.

* * *

As facultatividades gráficas —é um contra-senso falar em facultatividades ortográficas— representam nada menos que a **DESTRUIÇÃO DA**

ORTOGRAFIA, a abolição do conceito de NORMA em Portugal, o que implica uma regressão de cerca de 300 anos.

Desafio o Ministério da Educação a explicar aos encarregados de educação, aos professores e aos formadores de professores como se vai fazer o ensino da ortografia nas escolas.

Como serão os manuais e dicionários escolares — qual o seu teor? Como será feita a formação de professores?

Como se ensina e como se aprende uma ortografia antiortográfica, quando os próprios acordistas em declarações e publicações mostram desconhecer os critérios da nova grafia? Cada professor ensina as grafias facultativas que preferir? Cada aluno usa as grafias de que gostar mais? E como distinguirão os alunos o facultativo do normativo? Não será a aquisição desta distinção um esforço suplementar de aprendizagem, esforço que aliás se me afigura como titânico?

E o que é que vai acontecer às bibliotecas escolares e municipais? O que acontece aos livros?

É nosso dever exigir do Governo a apresentação da AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA do Acordo Ortográfico em Portugal, bem como os estudos de viabilidade económica, técnica e cultural do Acordo Ortográfico. Onde está essa avaliação e onde estão esses estudos? Não existem, não foram feitos, ninguém achou necessário fazê-los. É um escândalo!

Se tais avaliações e estudos são requisito indispensável para a construção de qualquer aeroporto, ponte, túnel, barragem ou estrada, como é possível que a língua portuguesa seja tratada de forma menos cuidada do que qualquer projecto de betão ou alcatrão?

* * *

Se foi você que pediu um Acordo Ortográfico, ou seja, se você faz parte da meia dúzia de académicos, intelectuais e políticos ignaros que acham que o país precisa deste Monstro, então encontrará nas páginas deste opúsculo alguma

matéria de reflexão, exposta de forma concisa e consistente, que lhe permitirá reconsiderar a sua posição.

Se você não pediu, não quer e não precisa de um Acordo Ortográfico, estas páginas poderão ajudá-lo a consolidar a sua posição, dotando-o de alguns argumentos razoados para debater e contraditar a posição acordista.

Se você não pediu um Acordo Ortográfico, não seja cúmplice. Exija explicações, exerça os seus direitos de cidadão livre de um país democrático. Assine, por exemplo, a petição **MANIFESTO EM DEFESA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO**.

A consolidação das nossas fronteiras políticas levou cerca de 100 anos ou quatro gerações (do Fundador a El-Rei Dom Afonso III, seu bisneto), mas o desenvolvimento e a consolidação de uma ortografia entre nós levou cerca de 700 anos (ou seja, mais de vinte gerações) desde o início do século XIII até finais do século XIX e inícios do século XX. A presente reforma ortográfica, com as suas facultatividades, abstrusidades e barbaridades significa nem mais nem menos do que a morte do conceito de ortografia em Portugal, o fim de uma norma gráfica estável, a abolição de noções claras de correcção. A mentalidade acordista de 1990 não representa, não pode representar, o futuro nem o progresso de Portugal.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é, objectivamente, um atentado contra o nosso património, o nosso povo e o nosso desenvolvimento.

Acordo NÃO, obrigado.

Não pedimos, não queremos, e, sobretudo, não precisamos.

Se você não pediu um Acordo Ortográfico, não seja cúmplice com o seu silêncio. Diga NÃO. Assine a petição.